



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

SDNEY FERNANDES

**OS VÍCIOS COLONIAIS: UM ESTUDO SOBRE O COLONIALISMO E AS
COLONIALIDADES NA SOCIEDADE ANGOLANA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

SDNEY FERNANDES

**OS VÍCIOS COLONIAIS: UM ESTUDO SOBRE O COLONIALISMO E AS
COLONIALIDADES NA SOCIEDADE ANGOLANA**

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), modalidade projeto de pesquisa apresentado à Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades, sob a orientação do professor Dr. Paulo Gomes Vaz.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

SDNEY FERNANDES

**OS VÍCIOS COLONIAIS: UM ESTUDO SOBRE O COLONIALISMO E AS
COLONIALIDADES NA SOCIEDADE ANGOLANA**

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), modalidade projeto de pesquisa apresentado à Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Data da aprovação: 30/01/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a Dr.^a Rutte Cardoso Andrade

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	JUSTIFICATIVA	6
3	PROBLEMA DE PESQUISA	7
4	HIPÓTESE	7
5	OBJETIVOS	8
5.1	GERAL	8
5.2	ESPECÍFICOS	8
6	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
7	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
8	CRONOGRAMA	17
	REFERÊNCIAS	18

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso intitulado **“Os Vícios coloniais: Um estudo sobre o colonialismo e e colonialidades na sociedade Angolana”** tem como objetivo refletir sobre os hábitos coloniais, denominado nesta pesquisa de vícios coloniais reproduzidos atualmente na sociedade angolana. No bojo desse processo, a experiência colonial parece ter instaurado um verdadeiro fardo nas antigas colônias portuguesas em África, tanto no plano material, simbólico, econômico e social trazendo um impacto agudo na sociedade angolana, dado que impossibilitou que houvesse a emancipação imediata dada aos desafios enfrentados pela população em questões relacionadas a identidade, os preconceitos, questões étnicas e a introdução do cristianismo. No que concerne a religião, N`Krumah (1967) afirma que um dos métodos mais insidiosos dos neocolonialistas é talvez o evangelismo. Em seguida ao movimento de libertação houve uma verdadeira enchente de seitas religiosas, como forma de acalmar os ânimos e abafar protestos. Ademais “[..]as igrejas criam dificuldades em algumas nações em desenvolvimento ensinando diligentemente os seus cidadãos a não saudar as bandeiras nacionais” (NKRUMAH, 1967, p. 290). Esse processo de ocultação está entrelaçado à disputa no campo da cultura local e a cultura colonial, sendo a primeira invisibilizada pelo saber ocidental. Com isso há uma relação de coexistência entre o colonialismo e o epistemicídio, como descreve Santos (2010):

O colonialismo, para além de todas as dominações porque é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma reflexão extremamente desigual entre saberes que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade (SANTOS, 2010, p. 23).

A questão da subalternidade é inerente ao projeto colonial, na medida em que conduz o colonizado a categorias sociais específicas e racializadas, a exemplo do colorismo na sociedade angolana, remetendo a ideia do Fanon (1952, p.110), quando o autor afirma que “[...] a cor da pele é o sinal exterior mais visível da raça, ela tornou-se o critério através do qual os homens são julgados, sem se levar em conta as suas aquisições educativas e sociais”. Esta esteira de reflexões trazidas por Fanon (1952) reforça as categorias apresentadas neste projeto, e como elas podem ser apropriadas como elementos relevantes para a compreensão da sociedade contemporânea, como resultado de projeto do Salazarismo.

O que justifica que se trata de um processo lento e gradual encetado pelo mercantilismo, desde as primeiras trocas comerciais, ao processo de evangelização e de

assimilação, a cultura do colonizador se faz presente em Angola. A despeito disso, entendemos nesta pesquisa que não teria sentido a existência do colonialismo sem que houvesse o seu legado nas sociedades colonizadas, imprimindo assim elementos dissonantes à dinâmica social da população endógena. **Portanto, da colonialidade entendemos como um processo contínuo e transitório à colonização**, ambas tomadas nesta pesquisa como as duas principais categorias analíticas. A colonialidade é entendida como um fenômeno que teve seu início no colonialismo, mas que se mantém após essa experiência, trazendo a lógica das relações coloniais no nosso cotidiano. Deste modo, diferente do colonialismo que se limita a um período histórico, a colonialidade é o elo de ligação entre as realidades do presente e passado que nos condiciona no mesmo padrão de poderes e saberes, sendo que em todas as etapas os meios são sempre a exteriorização e inferiorização do negro, a zona da “desrazão”.

Desse modo, mediante a breve introdução, o presente projeto de pesquisa tem como foco esmiuçar e compreender a questão do (neo)colonialismo e sua reprodução na sociedade angolana, tendo como instrumento de estudo as consequências coloniais compartilhadas em diversas instituições e segmentos. O que significa ressaltar que, refletir sobre o impacto do colonialismo em Angola, se faz necessário e serve como um importante instrumento de compreensão das resistências, retrações e das transformações nas sociedades angolanas, considerando a sua multiculturalidade e densidade demográfica.

Ademais, estudar os contornos da relação atual entre ambos enquanto ex-colono e ex-colonizado se torna indispensável se quisermos decifrar as antíteses existentes nas vertentes econômicas, políticas, sociais e democráticas. Quais dinâmicas criaram essas ligações entre os dois países como estas relações estão a desenvolver-se, e o futuro que se pode prever. Onde observar-se-á a economia angolana, suas contradições, a influência que exerce sobre Portugal, tentando analisar como por consequência da economia angolana o poder político aparentemente se inverteu. Contudo, se torna necessário problematizar as matrizes históricas da formação de Angola em diversos sentidos como ponto explicativo da problemática das identidades sociais e políticas dos próprios angolanos.

2 JUSTIFICATIVA

O motivo da escolha desta temática surgiu durante o curso nos debates em sala de aula, bem como nos eventos acadêmicos, em que as questões relacionadas a literatura africana essencialmente no que concerne aos assuntos sobre o racismo e colonialismo nos quais são

trazidos por lentes que não são as refletidas na produção de conhecimento dentro de África, muito menos nos materiais acadêmicos nos diversos níveis de ensino, o que causa uma cegueira crítica sobre nossos sistemas dentro do próprio continente. Projetos como o da UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) permite aos seus alunos uma visão diferenciada das suas próprias sociedades, inculcando-lhes que certas questões não estão ausentes nas sociedades africanas, e que há uma extrema necessidade em aprofundarem os estudos sobre as literaturas especializadas que têm Angola como tema e África no geral. As categorias de análise desta pesquisa, além de serem proeminentes para a compreensão do objeto de estudo, devem estar presentes nas abordagens, não apenas de currículos específicos em instituições específicas mas também do cotidiano em Angola, pois são elas que apontam como as relações coloniais são capazes de reproduzir novas situações sociais, mormente no que diz respeito às questões muito populares nas sociedades africanas como a centralização do poder e os estados democráticos de Direito.

3 PROBLEMA DE PESQUISA

Estudar a sociedade e as relações coloniais ocorridas em Angola pode nos ajudar a compreender e aprofundar os estudos do fenômeno da fragmentação social existente na sociedade pós-colonial. É possível afirmar que os vícios coloniais estão presentes na sociedade angolana hoje?

4 HIPÓTESE

A hipótese levantada nesta pesquisa aponta que a preservação do patrimônio colonial português em diversos segmentos, bem como a nova posição do ex-colono na relação entre ambos, é autoexplicativo da memória (i)material da época colonial nos dias de hoje, que escancara o fenômeno de fragmentação da sociedade angolana e das características das identidades sociais e políticas, bem como nas instituições públicas e privadas.

5 OBJETIVOS

5.1 GERAL

O objetivo principal desta pesquisa é identificar os vícios coloniais presentes na sociedade angolana hoje, e intentar desvendar como esses vícios coloniais foram apropriados nas suas instituições, nas estruturas econômicas, governamentais, políticas e diversos segmentos da sociedade.

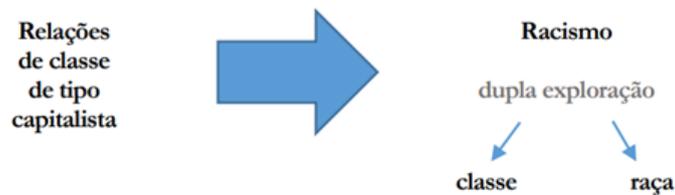
5.2 ESPECÍFICOS

- Examinar as sociedades coloniais e pós-coloniais;
- Mostrar como se traduziu na formação da sociedade angolana as relações coloniais, identificar os aspectos determinantes existentes na problemática das relações sociais atuais em Angola e discutir até que ponto se assemelham as relações coloniais;
- Analisar as matrizes históricas do centralismo político “ditadura democratizada” na construção do Estado angolano;
- Explorar as matrizes e as características da nova posição de Portugal com relação a Angola, considerando a perpetuação de antíteses e percalços na instauração de um estado democrático igualitário.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Analisar a sociedade angolana, considerando as oportunidades de acesso a recurso materiais/culturais e ascensão social, nos obriga a averiguar como se constituía a estrutura colonial e como as desigualdades tinham sido construídas, estruturadas e reproduzidas em diversos segmentos da sociedade. O que significa destacar que a posição social dos indivíduos e dos grupos nos segmentos econômicos, políticos e sociais, ao qual se reflete status social, está atrelado a categorias de análise, tais como o colorismo, gênero, bem como a assimilação cultural, que são fundamentais para nos ajudar a entender as bases estruturais de dominação e subordinação na sociedade coloniais e pós-colonial. Para N`Krumah (1977), o capitalismo é o maior emoliente da segregação e da opressão, ao afirmar que “a escravatura e a dominação

racista colonial são, portanto, a causa e não uma consequência do racismo (idem, p.31)”. Para o autor, “a mão de obra africana foi então comprada a baixo preço. Com o tempo, tornou-se necessário justificar a exploração e a opressão dos trabalhadores africanos. Assim nasceu o mito da inferioridade racial (idem, p.31), conforme a demonstração abaixo:



A historiografia angolana demonstra que a experiência de tráfico negro, do colonialismo e a partilha da África, se desembocou numa reação dos movimentos independentistas angolanos que culminou na independência do país. No entanto, esse evento não significou o fim de uma era da exploração, ao contrário, para a manutenção do capitalismo industrial será necessário igualmente a manutenção no plano das superestruturas (ideologias coloniais), sobre domínios em diversos segmentos. Segundo Franz Heimer (1973):

Angola constitui uma ilustração particularmente nítida de que a independência política não é, só por si, sinónimo de descolonização. Sendo embora fundamental, o atual processo de transferência da soberania sobre o território dos representantes da legitimidade portuguesa para representantes de uma legitimidade angolana em vias de definir-se, não representa senão uma condição prévia para a obra de «construção nacional» que se impõe (FRANZ HEIMER, 1973, p.621).

Conforme atestado por Hobsbawn (2015, apud OLIVEIRA, 2019, p.250) “as hierarquias sociais estipuladas pelas leis contribuiram para reproduzir as tradições inventadas europeias no contexto colonial:

Na África, também, os brancos dependeram da tradição inventada para gerar a autoridade e confiança que lhes permitiriam tornar-se agentes de transformações. [...]. Havia duas maneiras bem diretas pelas quais os europeus procuravam fazer uso de suas tradições inventadas para transformar e modernizar o pensamento e o comportamento africanos. A primeira delas era a aceitação da ideia de que alguns africanos poderiam tornar-se membros da classe governante da África colonial, daí estender-se a esses africanos a educação num contexto neotradicionalista. A segunda maneira – mais comum – era uma tentativa de fazer uso do que as tradições inventadas europeias tinham a oferecer em termos de uma relação reformulada entre governantes e governados. As tradições inventadas europeias de subordinação tiveram uma influência realmente decisiva (HOBSBAWN 2015, apud OLIVEIRA, 2019, p.250).

O assimilacionismo foi uma arma que de inúmeras formas propagou o apagamento da identidade cultural africana, tanto que muitas das problemáticas que serão postas em questão nesta pesquisa são construídas fortemente no assimilacionismo que viciou o modo de ver e viver dos colonizados. À exemplo de sentar-se à mesa, falar a língua do colonizador, remetendo a sociedade de corte (ELIAS, 2001).

A língua portuguesa por exemplo, foi proposta como obrigatória pelo assimilacionismo, para gerar hierarquização e apagamento. Segundo Mingas (2000, p. 33 apud OLIVEIRA, 2019) o governo colonialista português tomou medidas de isolamento de etnias e línguas, evidentemente, como precaução sobre uma possível ação conjunta dos colonizados. Dessa maneira, é possível perceber as políticas coloniais de “promoção” do português pela decretação de leis e artigos, como a Lei nº 1031, de 6 de maio de 1921, promulgada por Norton de Matos, que segue: “Artigo 2º - [...]nas escolas católicas, é proibido ensinar línguas indígenas; Artigo 3º- [...]a utilização das línguas indígenas no catecismo não é permitida a não ser como auxiliar durante o período de ensino elementar da língua portuguesa”.

Para Agostinho (2019) o “racismo estrutural é uma categoria social bastante presente e visível quando falamos sobre a dinâmica social no quesito relações interpessoais. [...] o modo como o indivíduo é visto e se vê dentro de uma sociedade em que a cor da pele é um determinante social”.

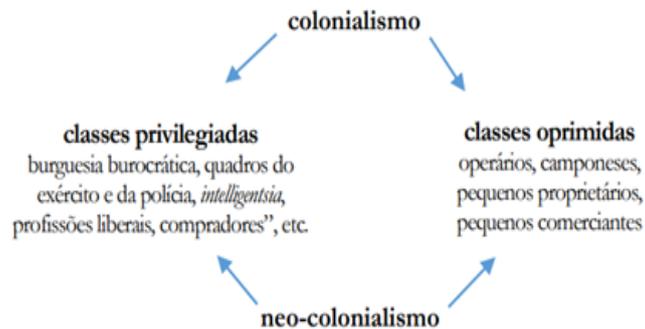
De acordo com Mingas (2000, p. 45-6 apud OLIVEIRA, 2019):

Com o decorrer do tempo, o número de portugueses nascidos em Angola começou a superar o dos nascidos em Portugal. Assim, os colonialistas decidiram fazer a diferença entre eles pelo que, eram Portugueses ou brancos de primeira os nascidos em Portugal e de segunda, os nascidos em Angola. Aos primeiros era concedida prioridade de ajuda econômica bem como de acesso a cargos de alta chefia na colônia. [...] Para melhor se imporem à maioria dos angolanos, que sentiam hostis à sua presença, os portugueses decidiram criar um “grupo de apoio” entre os autóctones. Para o efeito, os angolanos foram divididos em dois subgrupos. O primeiro era formado pelos “Assimilados”, cujos filhos tinham o direito de frequentar a escola conjuntamente com as crianças portuguesas, bem como à nacionalidade portuguesa.

A convivência dos Europeus com os povos autóctones, o tráfico de escravos e a economia mercantil, sem esquecer a cultura e a religião, levaram ao surgimento de novos grupos sociais, culturais e políticos, produzindo simultaneamente divisões entre populações urbanas (assimilados) e rurais (não assimilados), alimentados por interesses opostos. Essas interações transformaram a estrutura interna das populações nativas, o que trouxe consigo a perpetuação das hierarquias de classe, comportamentos econômicos, culturais e políticas, que

reforçaram e redefiniram diversidades e dinâmicas sociais. Nessa senda, criou-se uma burguesia fictícia nas suas colônias, que Cabral (1978) aponta como pseudo-burguesia, desarticulada com ausência de ideologia, incapaz de fazer uma revolução. Igualmente, N'Krumah (1977, p.10) ressalta a inferioridade da burguesia Africana, em relação a dos países industrializados, para esse autor, a burguesia africana dá a impressão de ser uma força econômica devido à sua estreita ligação com os interesses capitalistas financeiros, porém na prática é extremamente vulnerável.

MINORIA PRIVILEGIADA E MASSAS OPRIMIDAS DURANTE AS ÉPOCAS COLONIAL E NEOCOLONIAL



Fonte: N'KRUMAH (1977).

O excerto no gráfico acima, descrito pelo N'Krumah (1977), coaduna com a leitura do Cabral (1978), sobre a pequena burguesia nas colônias portuguesas (um grupo constituído por assimilados, homens de negócios e letrados), um lugar de privilégio ocupada pela minoria egoísta e reacionária que goza dos privilégios, estuando marionetes dos colonizadores.

O colonialismo diz respeito a temporalidade, tendo a sua compreensão limitado especificamente a época colonial, aqui tratando-se do tempo espaço em Angola sob o domínio territorial e administrativo de Portugal. A ideia sobre colonialidade designa um debuxo civilizatório da modernidade, que se traduz em um molde e/ou raiz colonial de poder que tem como pilar a naturalização de determinadas hierarquias subalternizadas e extingue as identidades dos explorados e dominados. Esse projeto colonizador permite um fac-símile ou a subsistência das relações de superioridade e dominação ao longo do tempo nos diversos sectores e segmentos da vida social.

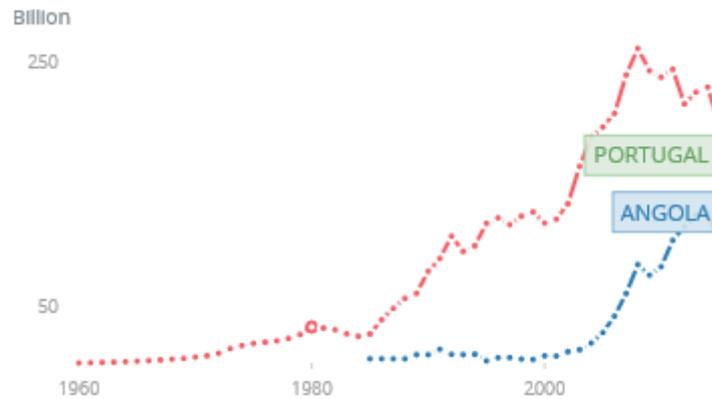
Neste sentido a colonialidade é entendida como o veículo que mantém as relações de poder ideológicas dos colonizadores, com o objetivo de naturalizar tais relações permitindo a reprodução das mesmas pelo tempo. Em Angola elas se relacionam também na forma de centralização do poder a partir do controle de recursos, trabalho e capital separando o alcance deles por classes.

Além da presença no imaginário social angolano, a relação diplomática mantida hoje entre ambos países caracteriza também uma participação ativa na propagação de muitos percalços na sociedade angolana. Assim sendo, se torna indispensável asseverar que, o que se observa na sociedade angolana traduz uma transversalidade entre economia, política, colonização e democracia a partir do recrudescimento da exploração que se caracteriza pela metamorfose do colonialismo à colonialidade como um fenômeno latente até pela novos contornos que ganhou a posição da ex-metrópole. Sobre tal pode-se afirmar que:

Angola tal como muitos países africanos não possui uma história de descolonização nem um período de independências que se acompanhou por uma democratização per si” colocando um véu de democracia apenas para atrair os investimentos e as relações com outros países, violando a construção dos novos estados na centralização do poder por um partido apenas (BALOI, 2021).

Expõe com isso o autor que existe ainda uma democracia em construção, onde apesar da independência o sistema de governo continuou praticando suas raízes coloniais do centralismo político, caracterizadas pela ideia do Partido/Estado como guia do povo e do governo, aprendido pelo sistema socialista que se optou logo após a independência; O centralismo da disciplina Militar, desenvolvido nas lutas de libertação nacional no comando do MPLA; O centralismo do sistema colonial baseado na gestão central da sede ou metrópole. A adoção destas raízes foi nociva principalmente para a instauração de políticas que propiciavam os desenvolvimentos do país africano. Estas adoções de centralismo vividos na época colonial se traduziu em uma “Ditadura Democratizada”, ou seja, travada entre a transição e a consolidação (BALOI, 2021).

No final da Guerra Civil a Angola possuía grande liquidez, principalmente pelos grandes jazigos de petróleo e diamante encontrados ainda na época colonial, resultando numa tendência a alta acumulação de capitais que levou Angola ao estado de economia crescente e promissora. Todo esse bom prognóstico se instaurou ao mesmo tempo em que a Europa se encontrava em crise e a economia portuguesa precisava de liquidez. Tal simultaneidade concedeu a relação entre ex-colono e ex-colônia um caráter bilateral muito forte além da possuída pelas similaridades linguística e cultural herdados da época colonial.



Fonte: PIMENTA (2017).

O gráfico acima demonstra o nível da dependência entre ambas economias, em que acompanham o movimento uma da outra. No entanto, esta relação econômica de investimentos possui um caráter muito controverso que suscita o debate. Existe uma relação muito forte entre a Elite Angolana/Governo e Governo Português/Partidos Políticos, tal relação possui características bastante polêmicas como expõe o livro “Os Donos Angolanos de Portugal” publicado em 2014 por autores portugueses que traz em cheque as relações de investimento entre altas figuras da elite governamental angolana com o governo português.

O livro retrata que os investimentos angolanos são os maiores da Bolsa de Valores Portuguesa, cita as delicadezas da economia de Portugal e a disposição de altas figuras portuguesas se predispondo a serem usadas como lavadoras de dinheiro de providência duvidosa. Contudo, esta relação possui um teor pouco benéfico para os dois lados, dando origem a prejuízos na sociedade angolana onde o capital de todos é expatriado e usado para satisfazer interesses particulares e no lado Português é colocado em causa sua soberania e prestígio enquanto nação independente. Importante citar aqui que o livro analisa dados desde 1974, o que remonta a uma Angola ainda Colônia Portuguesa, o que traduz o caráter secular desta relação.

Tal fenômeno nos traz a indagação acerca do veículo facilitador desta relação, a provável resposta se encontra no resultado das eleições de 1992. O Partido ¹MPLA possui na sua gênese um conjunto de quadros e dirigentes mestiços ou negros europeizados,

¹ O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) é um partido político angolano orientado no espectro de centro-esquerda, que governa o país desde sua independência de Portugal em 1975. Fundado em 1956 foi, inicialmente, uma organização nacionalista de luta pela independência de Angola, transformando-se num partido político após a Guerra de Independência de 1961 a 1974. Na descolonização, conquistou o poder em 1975 e saiu vencedor da Guerra Civil Angolana de 1975-2002.

descendentes das antigas famílias assimiladas, de língua e cultura portuguesas e católicos, que na época da corrida pela posse do governo fora usado para “captar maiores apoios internacionais para a sua causa” (PIMENTA, 2017).

Mas, na verdade, a conservação do património edificado pelos portugueses, que no fundo constitui a memória material visível da época colonial, é reveladora da identidade de uma parte muito significativa da cúpula dirigente do partido no poder desde a independência em Angola, ou seja do MPLA. [...]Estas identidades foram amplamente modeladas pelo colonialismo português. Por isso, os vestígios materiais da colonização portuguesa constituem, em larga medida, os alicerces da sua própria história e as bases da sua identidade (PIMENTA,2017 p240 grifo nosso).

A questão da memória material apontado por Pimenta (2017) traduz a conservação das relações entre ex-colono e ex-colônia, como preservação da própria história enquanto grupo partidário. Segundo (PIMENTA, 2017) tal problemática reflete na própria visão do Angolano em geral sobre o seu passado gerando problemas de identidade. Uma vez que o MPLA projetou a sua história como sendo a história do país, facto notado claramente nos manuais usados nas instituições de ensino e na produção de conhecimento em geral. Então, apesar da Independência em 1975 a presença do ex-colono ainda ocupa um lugar importante no processo de construção de Angola interferindo diretamente na instauração de um ambiente de instabilidade social.

As matrizes históricas do MPLA entre outras, estão na gênese dessa relação entre os dois países, relação esta que rendeu caracterização em 2017 pelo jornal ²NYT (rodapé) como “*Passados séculos de submissão, quem domina Portugal é agora a Angola*”. Um dos pontos altos desta, traz a luz um escândalo que ocorreu em 2013 em que Angola ameaçou cortar relações diplomáticas por se ter instaurado uma investigação em Portugal pelo próprio governo Português sobre casos de corrupção envolvendo os dois países, o que sucedeu em um pedido de desculpas diplomático por parte do Governo Português pela investigação.

A forma como se dá a essa relação num econômica concede a Angola um poder relativamente aos velhos colonizadores e liberdade para fazer investimentos com facilidades e regras que nenhuma outra nação da UE permitiria. De forma curiosa, essa inversão de papéis suscita o debate, pois à primeira vista passa-nos a impressão de que Angola ocupa uma posição privilegiada nessa relação, sendo que na verdade é totalmente o contrário onde longe

² The New York Times (por vezes abreviado para NYT) é um jornal diário estadunidense, fundado e publicado continuamente em Nova York desde 18 de setembro de 1851, pela The New York Times Company. O The New York Times ganhou 117 prémios Pulitzer, mais do que qualquer outra organização de notícias.Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/The_New_York_Times

de algum ganho por parte da sociedade civil essa relação não se traduz em ganhos coletivos, no sentido que em Angola apenas um pequeno grupo de pessoas se beneficia verdadeiramente nessa troca a elite angolana ligada diretamente ao governo e ao partido que governa Angola desde a independência.

Facto que coloca Angola hoje na economia mundial na posição de um núcleo de países, com dinâmicas que não são bem características de economias centrais do capitalismo, mas se enquadra a países que contribuem para alavancar as economias das metrópoles, dado que durante todo o processo de colonização as mesmas metrópoles vilipendiavam as culturas das suas colônias, instaurando suas estruturas administrativas destinadas fundamentalmente na produção voltada à metrópole. Essa descrição acima, é definida pelo N'Krumah como neocolonialismo, no qual esse autor aponta como deve ser combatido (1967):

Para sustar a interferência estrangeira nos assuntos das nações em desenvolvimento é preciso estudar, compreender, revelar e combater ativamente o neocolonialismo sob qualquer disfarce que este possa usar. Pois os métodos dos neocolonialistas são sutis e variados. Operam não apenas no campo económico, mas também nas esferas política, religiosa, ideológica e cultural. Frente aos povos militantes dos antigos territórios coloniais na Ásia, África, região dos Caraíbas e América Latina, o imperialismo simplesmente muda de tática. Sem qualquer escrúpulo, dispensa as bandeiras e mesmo determinados dos seus funcionários mais odiados no estrangeiro. Isso significa, segundo afirma, que está "dando " independência aos seus antigos súditos, que será seguida de "ajuda " par a o desenvolvimento. Sob essas frases, no entanto, imagina meios inumeráveis para alcançar os objetivos que eram anteriormente atingidos pelo colonialismo sem rebuscos. É a soma dessas tentativas modernas para perpetuar o colonialismo, ao mesmo tempo que falam em "liberdade", que veio a ser conhecida como neocolonialismo (N'KRUMAH, 1967, p.281).

Com base no excerto acima de N'Krumah (idem), ocorre que no plano econômico as estratégias neocoloniais foram desenhadas de modo a dinamizar as artérias urbanas em consonância com o escoamento de commodities das colônias à metrópole, uma vez que a colonização ultramarina portuguesa não tinha interesse em estabelecer uma colônia de povoamento, na qual não havia pretensão em construir uma sociedade minimamente igualitária, multicultural e duradoura. Onde 40 anos depois da independência as ideologias imperialistas baseadas no darwinismo social e civilizatória ainda persistiam na estrutura social, nas instituições públicas e privados sendo subsidiado pelo próprio Governo.

É latente no cotidiano em Angola questões sobre o colorismo, privilégios, segregação política e social causada pelo forte nepotismo, separação de classes por um grupo elitista hegemônico, somada à opressão dos regimes autoritários, falta das liberdades essenciais, que se traduz em um ambiente antagônico. Essas questões podem ser consideradas o que Franz

Heimer (1973) chama de “vícios coloniais” que se resultam em contradições entre opressor e oprimido, do colonizador-colonizado, e conseqüentemente para as colonialidades, do poder, do ser e do saber, não se restringindo mais a espaço-território. Segundo Franz Heimer (1973) “Angola constitui uma ilustração particularmente nítida de que a independência política não é, por si, sinónimo de descolonização. Sendo embora fundamental, o atual processo de transferência da soberania sobre o território dos representantes da legitimidade portuguesa para representantes de uma legitimidade angolana em vias de definir-se, não representa senão uma condição prévia para a obra de «construção nacional» que se impõe.” Sendo que os vícios criados pela relação colonial ainda residem no cotidiano angolano.

Factos concretos que demonstram que as dinâmicas coloniais estão nos alicerces da sociedade angolana e das suas problemáticas sociais, ao qual se compreende nesta pesquisa, como resultado de um projeto colonial contínuo que reforça os privilégios (RUBINI, 2017, p.24).

a maioria das pessoas que chega a Angola pode ser comparada com os colonizadores, pois eles desfrutam as oportunidades do país africano sem se sentirem ligados à nova terra, e voltando para a pátria logo que tiverem ganho bastante. Há uma interdependência entre estes países. O país subsaariano é um ótimo lugar onde investir para as empresas portuguesas, e os capitais angolanos ajudam o mercado português a enfrentar a crise.

7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Todavia, não se pretende nesta pesquisa deslindar com minúcias estudos diacrônicos sobre a colonização em Angola, mas entende-se que certos elementos conjunturais brotaram características profundas nas sociedades africanas, dentro quais a antítese existente na sociedade angolana. Deste modo, esta pesquisa pretende trazer uma perspectiva crítica sobre questões já identificadas, porém muito negligenciadas no contexto angolano. E que para explorá-la será necessário um olhar interdisciplinar sobre o objeto de estudo, visto que são praticamente inexistentes os estudos que bordam as questões sobre estratificação social e cor, quando se trata dos estudos africanos, ou temáticas sobre a África, sendo que essas questões acima elencadas são presentes na sociedade angolana, porém muito menos problematizados (HOUNTONDI, 2008).

Será utilizada bibliográfica de caráter exploratório, a partir de material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 1991, p.48), somada a pesquisa

documental, na qual serão utilizadas as fontes primárias, pelo fato de se tratar de temática extremamente escassa, como foi apontado ao longo do projeto. A pesquisa documental, são as fontes documentais de primeira mão: “[...] documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos e partidos políticos” (GIL, 1991, p. 51).

8 CRONOGRAMA

Atividades/Semestres	2º	3º	4º	5º	6º
Reunião com o orientador	X	X	X	X	X
Levantamento bibliográfico	x	x		X	
Localização e identificação das fontes de obtenção dos Dados ou documentos	X	X	X		
Coleta de dados por meio de pesquisa bibliográfica	X	X		X	
Reelaboração do projeto	X	X			
Enquadramento teórico	X	X	X	X	
Análise crítica e interpretação dos dados		X	X	X	
Revisão da pesquisa		X	X	X	X
Entrega do material ao coordenador		x	x	X	
Defesa					x

REFERÊNCIAS

- ADMINISTRADOR. Os Donos Angolanos de Portugal, Maka Angola, 15/1/014. <https://www.makaangola.org/2014/01/donos-angolanos-de-portugal/>
- AGOSTINHO, Yuri Manuel Francisco; Marcas da acção colonial em Angola: a luz das memórias e narrativas de escritores angolanos. In revista transversos. "dossiê: reflexões sobre e de angola -inscrevendo saberes e pensamentos". N° 15, Abril, 2019, pp. 400 -416 Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/42074>.
- BALOI, J. A. . A DITADURA DEMOCRATIZADA: AS MATRIZES HISTÓRICAS DO CENTRALISMO POLÍTICO NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO ANGOLANO E MOÇAMBICANO. In: Joachin Azevedo Neto. (Org.). História: repertório de referências culturais e históricas. 1ed.Ponta Grossa: Atena, 2022, v. 1, p. 75-87
- CABRAL, Amílcar; ANDRADE, Mario de (coord.). Unidade e luta I: a arma da teoria. (obras escolhidas de Amílcar Cabral). v.1.Lisboa: Seara Nova, 1978.
- EILHELM-FRANZ, Heimer. Exrutura social e descolonização em Angola. X-40, p. (621-655), 1973.
- ELIAS, Norbert. A Sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001
- FANON, Frantz. Pele negra máscaras brancas [1952]. Título original: “Peau noire, masques blancs”. Salvador: EDUFBA, 2008a.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.
- HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, pp. 149-160 – 2008.
<https://www.nytimes.com/2017/08/22/world/europe/angola-portugal-money-laundering.html>
- NKRUMAH, K. Neocolonialismo: ultimo estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- NKRUMAH, Kwame. A luta de classes em África. Lisboa: Universidade Sá da Costa Editora, 1977.
- OLIVEIRA, H. T. de. Língua Portuguesa em Angola: silenciamentos, isolamentos e hierarquias. Revista da ABRALIN, [S. l.], v. 17, n. 2, 2019. DOI: 10.25189/rabralin.v17i2.507. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/507> . Acesso em: 11 nov. 2022.
- ONISHI, Norimitsu. Portugal dominou Angola durante séculos. NyTimes, 22/07/2017.
- PAIN, Rodrigo de Souza. A centralização política e o autoritarismo em Angola. Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n.33, 2008.

PIMENTA, F. T. COLONIALISMO DEMOGRÁFICO PORTUGUÊS EM ANGOLA: HISTORIOGRAFIA, IDENTIDADE E MEMÓRIA. *rth |*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 219–246, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/48045>. Acesso em: 28 jan. 2023.

RUBINI, Andrea. Angola e Portugal: Os Restos da Colonização. BOOK, Disponível. https://www.researchgate.net/publication/321797700_Angola_e_Portugal_Os_Restos_da_Colonizacao. Acesso em: 20 jan. 2022

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.